

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Feminicídios são violência política

Mediada pela senadora Regina Sousa (PT-PI), a 38ª edição do projeto Pauta Feminina abordou o assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres no dia 19 de fevereiro. O crime foi transformado em hediondo com a Lei 13.104, que completa dois anos em 9 de março de 2017.

Para Véronique Durand, autora do livro *Órfãs da Esperança*, com relatos sobre violências contra as mulheres na Argélia, Bangladesh, Brasil, Camboja e França, o conceito de feminicídio tem um significado político “por denunciar a falta de compromisso dos Estados com uma luta eficiente, séria e intransigente contra esses crimes cruéis e os seus autores”.

“Hoje o corpo das mulheres é território de uma guerra não-convencional”, disse Lourdes Bandeira, professora titular de sociologia na Universidade de Brasília (UnB). Desta guerra, segundo ela, fazem parte também a homofobia, a intolerância social, a glorificação da violência na resolução de conflitos, a militarização e o disciplinamento. Ela identifica uma vontade política de dismantlar/desestruturar o poder adquirido pelos setores populares organizados, nos quais as mulheres têm um papel central.

Estudando o processo de criação da Lei do Feminicídio no Brasil, a pesquisadora Clara Flores Seixas de Oliveira, do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade (Lassos) e mestranda em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, disse que o caráter político do feminicídio pode ser entendido sob dois aspectos.

Primeiro, o termo foi cunhado para politizar uma discussão que usava termos neutros em relação a gênero – como assassinato ou homicídio de mulheres – que não permitiam pensar a violência contra as mulheres. Segundo, foi estendido, principalmente na América Latina, para abarcar a articulação do gênero com outros fatores, como homofobia,



Geraldo Magela/Agência Senado

A primeira Pauta Feminina de 2017 reuniu 70 pessoas, inclusive de outros estados

LGBTfobia, raça e classe.

Joelma Rodrigues da Silva, professora da UnB e doutora em história, disse que o feminicídio de mulheres negras é outra face do genocídio de pessoas negras no Brasil, localizadas em sua maioria nas regiões periféricas, onde a ausência de iluminação, transporte e segurança pública já aponta o aspecto político da ação – por omissão – do Estado.

Sentido político original tem sido estendido para abarcar os feminicídios de mulheres negras, indígenas e LGBT

Ela destaca a confrontação do Estado em relação a estas comunidades, negando sua estética, suas relações comunitárias e promovendo a aniquilação de toda e qualquer resistência a um projeto de submissão irrestrita. “As mulheres negras periféricas há muito romperam com o patriarcado, o romantismo tóxico – que faz tantas mortes ao fim do relacionamento – e a maternidade idealizada”, disse Joelma.

Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para Mulheres do Governo do Distrito

Federal, destacou iniciativas do Executivo local para efetivar políticas públicas na rede de combate ao feminicídio. Investir no trabalho com os autores de violência e na importância da capacitação para romper o ciclo da violência são estratégias com bons resultados.

Estiveram presentes, entre outros: Betânia Cristina de Assis, do Ministério de Direitos Humanos; Delviene Gurgel, da Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial; Flor Sánchez Orozco, ministra conselheira da embaixada da Costa Rica; Sina Stauber, pesquisadora da Embaixada da Suíça; Roberta Viegas e Roberta Gregoli, do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado; Isabel Cristina Rocha, da Associação das Soroptimistas do DF; Elisabeth Leite Ribeiro, vice-presidente da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica; Rosângela Ribeiro e Juliana Santos, da Secretaria Executiva da Mulher, e Célia Maria Fernandes e Rosely Maria, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de Aparecida de Goiânia; e a professora e escritora Gina Vieira Ponte, criadora do projeto Mulheres Inspiradoras, de Ceilândia.

Assista: <http://bit.ly/2lxj4EU>

Anticandidatura de protesto

Beatriz Vargas, professora de Direito da Universidade de Brasília (UnB), foi indicada como anticandidata no lugar de Alexandre de Moraes para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em encontro no Senado no dia 15 de fevereiro, representantes de movimentos sociais e de mulheres divulgaram manifesto no qual afirmam ser contrários a quaisquer nomes descomprometidos com direitos humanos e avanços sociais.

O documento protesta contra a indicação de “pessoas que representem retrocesso nos direitos humanos e sociais arduamente conquistados e que desrespeitem o direito à não discriminação e à igualdade substantiva que a Constituição assegura a todas as pessoas”.

“O seu nome, Beatriz, nada mais é do que um grito que damos à sociedade por um Poder Judiciário independente”, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Sousa (PT-PI), e o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), também participaram do ato.

O manifesto foi entregue ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), e ao presidente Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Dados requerem investimento

O Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil é uma compilação inédita de indicadores nacionais e estaduais sobre violência contra as mulheres, elaborada pelo Observatório da Mulher contra a Violência do Senado (OMV).

Após a Lei Maria da Penha, houve redução de 20% das taxas de homicídios de mulheres na região Sudeste. As outras regiões apresentaram aumento significativo: 53% no Centro-Oeste; 20% no Sul; 38% no Norte; e 37% no Nordeste.

Os dados mostram tratar-se de um fenômeno social generalizado, mas lacunas ainda impedem comparações entre estados e melhor compreensão da dinâmica da violência nas diferentes partes do Brasil.

“Para a proposição de políticas, bem como o monitoramento e avaliação das já existentes, é necessário o País investir na coleta e sistematização dos dados”, destaca Roberta Viegas, coordenadora do OMV.

“Somente a partir daí, poderão ser pensadas intervenções públicas mais adequadas às especificidades da violência em determinada região, estado ou mesmo município”, conclui.

Leia o Panorama: <http://bit.ly/2icmVFS>

Portal OMV: <http://www12.senado.leg.br/institucional/omv>

Mulheres contra a PEC 287



Marcielle Brum/Liderança do PCdoB

Resistir à Reforma da Previdência foi a palavra de ordem de parlamentares e entidades de mulheres reunidas no dia 8 de fevereiro em audiência pública na Câmara dos Deputados.

Encaminhada pelo governo ao Congresso em dezembro de 2016, a proposta põe fim à aposentadoria por tempo de contribuição e iguala a idade entre homens e mulheres para se aposentar, que passa a ser de 65 anos, com contribuição mínima de 25 anos para todos.

“Ao sugerir essa equiparação, a PEC 287 desconsidera a histórica desigualdade entre os sexos, impactando de forma negativa a vida das mulheres, especialmente as trabalhadoras domésticas, as mulheres negras, rurais, professoras e com deficiência”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Estavam presentes a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Érika Kokay (PT-DF), Ana Perugini (PT-SP), Luiza Erundina (PSOL-SP) e Maria do Rosário (PT-RS), e representantes da Contag, CFEMEA, UBM, CUT, CTB, Rosas pela Democracia, entre outras entidades dos movimentos sociais.

Parlamentares apelam ao STF



Divulgação

Dia 15 de fevereiro, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e as deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Érika Kokay (PT-DF) entregaram ofício à ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre o caso Adail Pinheiro.

Então prefeito de Coari (AM), quando foi condenado em 2014 a onze anos e dez meses de prisão, por manter lugar onde ocorria prostituição e por submeter criança e adolescente à exploração sexual, Adail ganhou liberdade graças a um indulto presidencial.

“Como mãe, mulher, cidadã e senadora, repudio a decisão! A Procuradoria da Mulher irá tomar todas as medidas possíveis para que casos como esse não voltem a se repetir”, publicou Vanessa no facebook. Uma nova decisão judicial anulou o perdão da pena e determinou a volta de Adail à prisão domiciliar.

Conforme Vanessa, o CNJ também deve acompanhar o caso, uma vez que haverá julgamento no STF de um recurso do Ministério Público Estadual (AM) contra a decisão que anulou a pena de prisão do ex-prefeito.



O dia 8 de março de 2017 promete ser diferente de todos os outros. A dimensão internacional da data ganhou força e, pela primeira vez na história, mais de 30 nações estão mobilizadas em defesa de uma agenda emancipacionista comum.

Desde janeiro, ativistas norte-americanas da *Marcha das Mulheres* uniram-se às argentinas do movimento *Ni Una a Menos*, ao lado de uruguaias, paraguaias, chilenas, salvadorenses, mexicanas, bolivianas, francesas, italianas, tchecas, polonesas, entre feministas de outras nações, para manifestar

repúdio ao feminicídio, à desigualdade salarial e às discriminações de gênero. A intenção das lideranças é realizar greves, marchas e ocupar pontes e lugares públicos.

Brasileiras organizadas em entidades abraçaram o movimento e decidiram ir às ruas nas capitais e cidades do interior. O alerta nacional é para resistir à perda de direitos ameaçados pela PEC da Previdência (287/16), que iguala o tempo de aposentadoria entre mulheres e homens, trabalhadoras(es) rurais e urbanas, para 65 anos, com 25 anos de contribuição.

A palavra de ordem é também reagir ao enfraquecimento de órgãos representativos das mulheres nos três níveis de poder, a começar pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, atualmente ligada ao Ministério da Justiça e rebaixada em sua estrutura física e organizacional.

Mas resistimos com firmeza e também avançamos. Em 9 de março, registra-se no Brasil o aniversário de dois anos da Lei do Feminicídio (13.104/15), uma conquista fundamental para coibir o aumento da taxa de homicídio contra mulheres, que nos situa na

5ª posição em um *ranking* de 84 países, atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e da Federação Russa.

Evento promissor em 2017, capaz de abordar a questão da mulher com compromisso e bons resultados, será a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, prevista para agosto em Brasília. Com o tema: "Saúde das mulheres: desafios para a integralidade com equidade", o encontro indicará diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres".

O formato permite etapas municipais e estaduais até chegar à fase final, reunindo mulheres urbanas, rurais, das águas e das florestas, brancas, negras, da população LBT, trabalhadoras, estudantes, idosas, gestantes e com deficiência física ou intelectual.

Acreditamos na disposição mobilizadora de cada uma para que o sentimento internacionalista de sororidade, ou seja, irmandade feminina, seja capaz de fortalecer a luta pelo justo respeito ao direito humano de ser mulher de forma plena e digna.

*Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Procuradora da Mulher do Senado*



Artigo

Reforma da Previdência, mulheres e cidadania

O sentido do sistema de seguridade social estruturado a partir da Constituição de 1988 é a solidariedade, distribuição e amparo dos mais vulneráveis.

Não se trata de simples benefício como contraprestação à contribuição individual. É esforço coletivo direcionado para a correção de assimetrias sociais refletidas no mercado de trabalho formal.

É o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), renda básica no valor de um salário mínimo, pago às pessoas com 65 anos ou mais ou portadores de deficiência, com renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo ou às famílias de crianças portadoras da síndrome neurológica ou microcefalia causadas pelo vírus da Zika.

A maioria das beneficiárias do BPC é mulher, sendo que, em quase metade dos casos, o benefício constitui a única renda

A proposta de reforma da PEC 287/2016 dificulta o acesso e reduz o poder de compra do Benefício de Prestação Continuada, impactando mais de dois milhões de famílias brasileiras

da família.

A proposta de reforma trazida no bojo da PEC 287/2016 amplia a idade mínima de 65 para 70 anos, altera níveis de gravidade de deficiências e desvincula o valor do salário mínimo, dificultando o acesso e reduzindo o poder de compra do BPC, impactando mais de 2 milhões de famílias brasileiras.

A medida está inserida no contexto da reforma da previdência que altera o sentido distributivo do sistema ao fazer

equiparação entre aposentadorias de homens e mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, dificultando o acesso aos auxílios e benefícios, partindo de um pressuposto de igualdade material inexistente.

A sociedade brasileira ainda é injusta e desigual, marcada por uma herança colonial, racista, patriarcal e exploradora de mão de obra barata, que diferencia remuneração em razão de gênero, tem divisão sexual do trabalho, precariza relações trabalhistas e estimula a informalidade, discriminando os corpos de convergência de vulnerabilidades diversas – mulheres, negras, pobres, camponesas, idosas ou portadoras de deficiência, retirando-lhes direitos antes de lhes garantir cidadania plena e igual dignidade. Inadmissível retrocesso.

*Ilka Teodoro, advogada
Diretora de Advocacy da ONG Artemis*



MARÇO

MULHERES

Igualdade no trabalho

PROGRAMAÇÃO MÊS DE MARÇO 2017

DIA	HORA	EVENTO	Local
7	15h	Abertura da Exposição de obras de 15 artistas estudantes do Instituto de Artes da UnB (IDA) - Tema: <i>Mulher, como te vejo.</i>	Espaço Mário Covas – Anexo II Câmara dos Deputados
7	16h	Palestra com Luiza Helena Trajano - presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza Tema: <i>Empreendedorismo Feminino, Liderança e Equidade</i>	Auditório Petrônio Portella Via N2 – Anexo 2B 1º andar – Senado Federal
7	14h	Pauta Feminina I Tema: <i>Casamento Infantil</i>	Auditório Freitas Nobre - anexo IV – subsolo da Câmara dos Deputados
8	11h	Sessão Solene para entrega do <i>Prêmio Bertha Lutz</i>	Plenário do Senado Federal
8	16h	Abertura da exposição fotográfica <i>Empoderamento e Conscientização</i>	Corredor de Acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados
8	17h	Premiação do Concurso de Fotografia Lei Maria da Penha	Salão Nobre Câmara dos Deputados
10	18h45	Veiculação do programa <i>Pauta Feminina Especial</i> com as senadoras Tema: <i>Mês da mulher e equidade no trabalho</i>	Rádio Senado Federal 91,7 Mhz
14	14h30	Reunião da CMCVM – Balanço do biênio 2015-2016 Lançamento artigo do Observatório da Mulher contra a Violência em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Avon, com base em dados inéditos de violência contra as mulheres	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa Plenário 9 – Senado Federal
15 a 31	7h30 - 18h	Exposição Tema: <i>Indicadores do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça</i>	Espaço do Servidor – Praça de alimentação, entre os blocos de apoio I e II do Senado Federal.
16	10h – 12h 14h – 16h	Aulão de defesa pessoal para mulheres	Academia de Polícia do Senado Federal, ao lado do CEFOR
22	15h	Palestra com Djamilia Ribeiro – ex-secretária adjunta de Direitos Humanos de São Paulo-SP - Tema: <i>A importância de um olhar interseccional para políticas para as mulheres</i>	Auditório Interlegis – Via N2 – ao lado da Gráfica - Senado Federal
23	10h	Pauta Feminina II Tema: <i>Impactos da Reforma da Previdência na vida das mulheres</i>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa Plenário 9 – Senador Federal
23	15h - 17h	Palestra Aberta: <i>Liderança e Oportunidades Iguais - Encontro 1</i>	Auditório Interlegis – Via N2 – ao lado da Gráfica - Senado Federal
24	10h	Oficina - <i>Saúde da Mulher: Autonomia no corpo e na vida</i> (25 inscrições por meio da página da ProMul na Internet)	Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) Bloco de apoio V auditório – Senado Federal
30	15h - 17h	Workshop: <i>Desafios para a ascensão profissional das mulheres - Encontro 2</i>	Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) Bloco de apoio V auditório – Senado Federal

